

EUA em Veneza defenderão o Plano Baker

Roberto Garcia

Correspondente

WASHINGTON — Apesar de múltiplas propostas de uma nova abordagem para a crise da dívida externa latino-americana, o governo Reagan vai insistir na reunião de cúpula econômica dos sete países mais ricos que começa em Veneza dia 8 de junho que o Plano Baker é a estratégia mais viável para resolver o problema. As fórmulas para aliviar os pagamentos da dívida e injetar recursos maciços na região serão um dos principais temas do encontro dos líderes das maiores economias industrializadas do planeta, no mês que vem. Mas a resistência americana a qualquer inovação poderá impedir a consideração séria de qualquer dessas propostas, adiando ainda mais a solução do impasse.

Plano Marshall — Sugestões de novas saídas para o problema da dívida não faltam. James Robinson, presidente do banco American Express, afirma que o conceito de um novo Plano Marshall para os países endividados será proposto na reunião de cúpula. Robinson lembra que neste ano se comemora o quadragésimo aniversário desse plano que permitiu a reconstrução da Europa devastada pela Segunda Guerra, estabilizou regimes democráticos no velho continente e criou um bastão de resistência a vanos soviéticos naquela região. O Plano Marshall foi formado com um fundo equivalente a 2% do Produto Nacional Bruto americano. Atualmente, os Estados Unidos gastam apenas

um décimo daquele montante em ajuda externa a um pequeno grupo de nações.

O ex-secretário de Estado Henry Kissinger, por sua vez, está propondo um teto nas taxas de juros para a dívida externa latino-americana, para reduzir o fluxo de capitais dos países dessa região para as nações ricas. Segundo o esquema apoiado por Kissinger, o teto seria fixado em aproximadamente 6%. A diferença entre esse nível e as taxas de mercado seriam pagas por um fundo criado por governos de países industrializados, organizações financeiras internacionais e bancos privados. O ex-secretário de Estado quer que os Estados Unidos e o Mercado Comum Europeu contribuam cada um com o mesmo montante que o Japão vai dar — 20 bilhões — em empréstimos para a América Latina nos próximos três anos.

No Congresso americano há pelo menos seis projetos de lei em andamento a fim de criar um organismo internacional, filiado ao Banco Mundial ou ao FMI, que seria encarregado de adquirir com descontos substanciais os empréstimos dos credores privados dos países do Terceiro Mundo a fim de negociar com esses países novos termos de pagamento, com maiores prazos, reduções do principal e tetos mais baixos nas taxas de juros.

Segundo o Dr. Norio Yamamoto, chefe do Instituto de Pesquisa Mitsubishi, de Tóquio, o primeiro-ministro japonês vai sugerir novas formas de assistência aos países endividados. Yamamoto acrescentou, contudo, que a resistência do governo americano “poderá descarrilhar as propos-

tas mais generosas nessa área. Nakasone não quer insistir sozinho em formas de alívio para os países do Terceiro Mundo”.

Sem grande capacidade de influir decisivamente sobre as decisões dos governos de seus credores, vários países latino-americanos decidiram defender seus próprios interesses assumindo posições unilaterais. O Peru, a Costa Rica, o Peru e o Brasil, por exemplo, suspenderam total ou parcialmente o pagamento dos juros de suas respectivas dívidas. Em vez das represálias que haviam ameaçado, tanto os bancos credores quanto os respectivos governos decidiram manter o diálogo com essas nações.

Não à permuta — Atitudes precipitadas poderiam paralisar o comércio internacional, com prejuízos para as nações cuja prosperidade depende do comércio”, explica Kissinger. Por sua vez, um alto funcionário do Chase Manhattan acrescenta que “se a permuta virar a única forma de comércio para os países devedores com dificuldades para pagar seus compromissos, as possibilidades já pequenas de receber nosso dinheiro de volta ficarão totalmente anuladas”.

Segundo Henry Kissinger, o secretário de Tesouro James Baker e a Casa Branca não propuseram programas substanciais de assistência aos países endividados porque não vêem qualquer possibilidade de apoio político nos Estados Unidos para esse tipo de iniciativa. Contra esse argumento do governo americano, contudo, vários especialistas na dívida do Terceiro Mundo esgrimem dados impressionantes.